

Prefeitura Municipal de Cacoal, Rondônia

CACOAL

Oficial do Magistério – Pedagogo 30h

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ SEMÂNTICA	13
DENOTAÇÃO.....	13
CONOTAÇÃO	13
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	13
■ FIGURAS E ESTILÍSTICA	15
■ COESÃO E COERÊNCIA	20
■ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	25
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	34
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	55
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	64
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	65
■ PONTUAÇÃO	71
■ ESTUDO DA CRASE	74
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	83
■ PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO	83
■ LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA	84
■ LÓGICA MATEMÁTICA QUALITATIVA	84
SEQUÊNCIAS LÓGICAS ENVOLVENDO NÚMEROS, LETRAS E FIGURAS	85
Progressão Aritmética.....	85
Progressão Geométrica.....	87
REGRAS DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTAS	91
RAZÕES ESPECIAIS	95
ANÁLISE COMBINATÓRIA	96
PROBABILIDADE	100
CONJUNTOS: AS RELAÇÕES DE PERTINÊNCIA, INCLUSÃO E IGUALDADE	103

OPERAÇÕES ENTRE CONJUNTOS, UNIÃO, INTERSEÇÃO E DIFERENÇA	103
■ GEOMETRIA PLANA E ESPACIAL.....	105
■ TRIGONOMETRIA.....	111
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS.....	132
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE 1º E 2º GRAUS.....	136
■ FUNÇÕES DE 1º E 2º GRAUS.....	137
■ GEOMETRIA ANALÍTICA	141
■ MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES.....	158
■ POLINÔMIOS	169
CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.....	181
■ FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO.....	181
CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS	181
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS.....	181
FINS DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA	181
PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA	182
■ PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	185
■ ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICOS DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	190
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	190
LDB – LEI FEDERAL Nº 9394/1996 E ALTERAÇÕES POSTERIORES	242
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – CAP. III.....	268
■ EDUCAÇÃO, TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	274
■ FUNÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA ESCOLA.....	275
A ESCOLA COMO CAMPO DE RELAÇÕES (ESPAÇOS DE DIFERENÇAS, CONTRADIÇÕES E CONFLITOS) PARA O EXERCÍCIO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA, DIFUSÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	275
■ ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DIDÁTICO.....	276
PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS, AVALIAÇÃO	276
■ AVALIAÇÃO COMO PROCESSO CONTÍNUO, INVESTIGATIVO E INCLUSIVO	277

■ A DIDÁTICA COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO DO FAZER DOCENTE.....	278
■ CONTEÚDOS CURRICULARES E APRENDIZAGEM	280
■ PROJETOS DE TRABALHO	281
■ MULTICULTURALISMO	283
■ A ESCOLA E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)	284
■ O ESPAÇO DA SALA DE AULA COMO AMBIENTE INTERATIVO	284
■ A ATUAÇÃO DO PROFESSOR MEDIADOR E A ATUAÇÃO DO ALUNO COMO SUJEITO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	286
■ PLANEJAMENTO E GESTÃO EDUCACIONAL	288
■ GESTÃO DA APRENDIZAGEM	289
■ PROFESSOR: FORMAÇÃO E PROFISSÃO	291
■ A PESQUISA NA PRÁTICA DOCENTE.....	291
■ A EDUCAÇÃO EM SUA DIMENSÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA	293
FILOSOFIAS TRADICIONAIS DA EDUCAÇÃO E TEORIAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS.....	293
■ AS CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM-ALUNO-ENSINO-PROFESSOR NAS ABORDAGENS TEÓRICAS	294
■ PRINCIPAIS TEORIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO.....	296
■ AS BASES EMPÍRICAS, METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS DAS DIVERSAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM	298
■ CONTRIBUIÇÕES DE PIAGET, VYGOTSKY E WALLON PARA A PSICOLOGIA E A PEDAGOGIA	299
■ PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E BIOPSIKOSSOCIAIS	302
■ TEMAS CONTEMPORÂNEOS.....	307
BULLYING	307
O PAPEL DA ESCOLA E A ESCOLHA DA PROFISSÃO.....	308
TRANSTORNOS ALIMENTARES NA ADOLESCÊNCIA.....	308
FAMÍLIA E ESCOLHAS SEXUAIS.....	308
VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS, DE GÊNERO, ÉTNICAS E SOCIOCULTURAIS	308

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	317
■ CURRÍCULO BÁSICO COMUM (CBC): CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR.....	317
■ PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN).....	318
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	319
■ CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA.....	320
CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES.....	320
■ CONHECIMENTOS DA PRÁTICA DE ENSINO.....	322
PROCESSO E CONTEÚDO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	322
ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO.....	324
ATIVIDADES, CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO, COTIDIANO ESCOLAR E PROJETOS DE TRABALHO.....	326
■ INTERDISCIPLINARIDADE.....	328
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS.....	328
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	329
INDICADORES PARA A AÇÃO PEDAGÓGICA EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCATIVOS.....	329
■ CURRÍCULO E CULTURA: ELEMENTOS DA CULTURA ESCOLAR.....	330
SABER ESCOLAR, MÉTODO DIDÁTICO, FUNDAMENTO DAS RELAÇÕES COLETIVAS E TRABALHO DOCENTE.....	332
■ DIREITO À EDUCAÇÃO: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	336
■ PROFISSÃO DOCENTE: CENTRALIDADE NA EDUCAÇÃO.....	339
■ INFÂNCIA E PRÁTICAS COTIDIANAS.....	342
CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA, SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA.....	342
SOCIALIZAÇÃO, INTERAÇÃO, MÚLTIPLAS LINGUAGENS E PRÁTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO.....	346
■ CONCEPÇÕES DE LUDICIDADE.....	347
JOGO.....	347
BRINQUEDO, BRINCADEIRA E INTERAÇÕES.....	348
LINGUAGEM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.....	351
DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA, AUDIÇÃO E LEITURA: MÉTODOS, TÉCNICAS, HABILIDADES E INSTRUMENTOS.....	358
LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL.....	360
AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM.....	360

RELAÇÕES ENTRE ESCRITA E ORALIDADE	361
■ A CRIANÇA E A SOCIEDADE LETRADA.....	361
■ FERREIRO E TEBEROSKY.....	362
PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA E SUAS HIPÓTESES: CONSTRUÇÃO DA ESCRITA.....	362
■ EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.....	364
■ ETNOMATEMÁTICA.....	364
■ ÉTICA PROFISSIONAL.....	365

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CURRÍCULO BÁSICO COMUM (CBC): CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO BÁSICO COMUM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Currículo Básico Comum (CBC) é um documento que orienta a organização e a implementação dos conteúdos e habilidades a serem desenvolvidos na educação básica. Ele visa garantir uma formação homogênea e de qualidade para todos os alunos, independentemente da escola que frequentam.

O CBC é especialmente relevante nos primeiros anos do ensino fundamental, em que se concentram o ciclo da alfabetização e o ciclo complementar, etapas cruciais para o desenvolvimento das competências básicas de leitura, escrita e cálculo, além de outras habilidades essenciais para o sucesso escolar e pessoal.

CICLO DA ALFABETIZAÇÃO

Objetivos e Estrutura

O ciclo da alfabetização abrange os três primeiros anos do ensino fundamental (1º, 2º e 3º anos) e tem como principal objetivo garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas, isto é, que sejam capazes de ler e escrever de forma autônoma e compreensiva. Além disso, o ciclo também foca no desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e na introdução a outras áreas do conhecimento, como ciências e história.

A alfabetização vai além do simples domínio do código escrito; ela envolve a compreensão e o uso da linguagem escrita em contextos significativos. Por isso, o CBC no ciclo da alfabetização orienta que o processo de ensino-aprendizagem seja contextualizado e interdisciplinar, integrando as diversas áreas do conhecimento e respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno.

Diretrizes Pedagógicas

No ciclo da alfabetização, as diretrizes pedagógicas enfatizam a importância de práticas pedagógicas que considerem o aluno como um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. A partir do CBC, as escolas são incentivadas a utilizar metodologias diversificadas, como a alfabetização por meio de projetos, jogos educativos, leituras compartilhadas e produção de textos, que estimulam o desenvolvimento da leitura e da escrita de forma prazerosa e significativa.

Outro aspecto importante é a avaliação contínua e formativa, que deve acompanhar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e promover intervenções pedagógicas oportunas. Essa avaliação permite que o ensino seja ajustado de acordo com as necessidades individuais, garantindo que todos os alunos possam alcançar os objetivos de aprendizagem propostos para essa etapa.

CICLO COMPLEMENTAR

Objetivos e Estrutura

O ciclo complementar, também conhecido como ciclo de consolidação, compreende os 4º e 5º anos do ensino fundamental e tem como objetivo aprofundar e consolidar as competências desenvolvidas no ciclo da alfabetização. Nesse ciclo, os alunos começam a lidar com conteúdos mais complexos e diversificados, expandindo seu conhecimento em todas as áreas curriculares.

A transição entre os ciclos é cuidadosamente planejada no CBC para garantir que os alunos possam progredir em seus estudos com confiança e autonomia. No ciclo complementar, além da continuidade no desenvolvimento da leitura, escrita e cálculo, há um maior aprofundamento em disciplinas como ciências, história, geografia e artes. O currículo começa a se expandir, e as atividades se tornam mais desafiadoras, preparando os alunos para as etapas subsequentes da educação básica.

Diretrizes Pedagógicas

As diretrizes pedagógicas do ciclo complementar continuam a enfatizar a aprendizagem ativa e contextualizada, mas, agora, com uma maior ênfase na autonomia e na responsabilidade dos alunos em relação ao próprio aprendizado. As práticas pedagógicas sugeridas pelo CBC para essa etapa incluem projetos interdisciplinares, pesquisas orientadas, trabalhos em grupo e atividades que promovam o pensamento crítico e a resolução de problemas.

A avaliação também desempenha um papel crucial no ciclo complementar, sendo utilizada não apenas para medir o desempenho dos alunos, mas também para orientar a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação formativa permanece central, mas começa a se integrar com avaliações somativas, que ajudam a preparar os alunos para as demandas futuras da escolarização.

A ARTICULAÇÃO ENTRE OS CICLOS E A CONTINUIDADE DO PROCESSO EDUCACIONAL

O CBC prevê uma articulação contínua entre o ciclo da alfabetização e o ciclo complementar, assegurando que os conteúdos e habilidades sejam progressivamente aprofundados e ampliados. Essa continuidade é essencial para evitar lacunas no aprendizado e para garantir que todos os alunos avancem de forma homogênea e segura em sua trajetória escolar.

A articulação entre os ciclos também implica uma estreita comunicação entre os professores das diferentes etapas, permitindo uma troca de informações sobre o desenvolvimento dos alunos e a coordenação das práticas pedagógicas.

Essa integração é fundamental para promover uma educação de qualidade, que respeite o ritmo de cada aluno e que esteja alinhada com os objetivos educacionais definidos pelo CBC.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 44ª ed. Campinas: Autores Associados, 2017.
- SOARES, M. B. **Alfabetização: A Questão dos Métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.
- TEBAR, L; MORTATTI, M. R. L. **Currículo e Alfabetização: Perspectivas Contemporâneas**. Campinas: Papyrus, 2015.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) constituem o resultado de meses de trabalho e de discussão realizados por especialistas e educadores de todo o país. Trata-se de um projeto governamental de reforma curricular, que foi produzido para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Têm como finalidade o estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e, sobretudo, ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo, ainda, para a atualização profissional.

Os PCNEM estão organizados em quatro documentos, sendo o primeiro direcionado às Bases Legais e os outros três direcionados às áreas de conhecimento. Vejamos:

- Bases Legais;
- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias;
- Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Dica

Você deve aprofundar os estudos nas especificidades da sua área de conhecimento.

BASES LEGAIS

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, o documento cumpre o duplo papel de difundir os princípios da **reforma curricular** e **orientar o professor** na busca de novas abordagens e metodologias. Sua construção pode ser entendida como um processo contínuo, conforme se nota pela leitura da seguinte afirmação:

Não só desejamos que influenciem positivamente a prática do professor, como esperamos poder, com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos, revê-los e aperfeiçoá-los (BRASIL, 2000, p. 4).

O Novo Ensino Médio

Os princípios mais gerais que orientam a reformulação curricular do ensino médio estão expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996). Nesta direção, a formação do aluno deve ter como alvo principal a **aquisição de conhecimentos básicos**, a **preparação científica** e a **capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação**.

Propõe-se, no nível do ensino médio, a formação geral, em oposição à formação específica, sendo:

- O desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las;
- A capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

De acordo com o documento, pensar um novo currículo para o ensino médio coloca em evidência estes dois fatores: as mudanças estruturais que decorrem da chamada “revolução do conhecimento”, alterando o modo de organização do trabalho e as relações sociais e a expansão crescente da rede pública, que deverá atender a padrões de qualidade que se coadunem com as exigências desta sociedade.

Importante: o Ministério da Educação foi o responsável por promover um projeto de reforma do ensino médio, priorizando as ações na área da educação com base em uma política de desenvolvimento social. Isso foi necessário, já que a revolução informática gerou mudanças radicais na área do conhecimento, estimulada pela incorporação das novas tecnologias.

Elaboração da Reforma

A formulação de uma nova concepção do ensino médio contou com a participação de professores e técnicos de diferentes níveis de ensino. Assim, a equipe técnica da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e professores convidados de várias universidades do país propuseram a reorganização **curricular em áreas de conhecimento** com o objetivo de facilitar o desenvolvimento dos conteúdos, em uma perspectiva de **interdisciplinaridade** e **contextualização** (BRASIL, 2000, p.7):

Cumprir destacar que, com a reforma do ensino médio, passou-se a priorizar a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção.

O Ensino Médio como Etapa Final da Educação Básica

Como etapa final da educação básica, o ensino médio deve manter caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a oferta, de forma articulada, uma educação participante do mundo do trabalho com funções equivalentes para todos os educandos (BRASIL, 2000, p. 9). Vejamos o quadro a seguir:

FUNÇÕES EQUIVALENTES PARA TODOS OS EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO

A formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de **seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa**

FUNÇÕES EQUIVALENTES PARA TODOS OS EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO

O **aprimoramento do educando** como pessoa humana, incluindo a **formação ética** e o **desenvolvimento da autonomia intelectual** e do **pensamento crítico**

A preparação e orientação básica para a **sua integração ao mundo do trabalho**, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo

O **desenvolvimento das competências** para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos

Fonte: Adaptado de Brasil (2000, p. 9)

Desta forma, o documento ainda aponta que o ensino médio passa a ter a característica da terminabilidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos”, conforme consta nos incisos I a IV, art. 35, da LDB — Lei nº 9.394, de 1996.

No *caput* do art. 35, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o ensino médio é a “etapa final da educação básica”.

A Organização do Ensino Médio

A proposta da reforma curricular no ensino médio estabelece a divisão do conhecimento escolar em áreas, uma vez que entende os conhecimentos cada vez mais imbricados aos conhecedores, seja no campo técnico-científico, seja no âmbito do cotidiano da vida escolar (BRASIL, 2000).

OS PCN E AS ÁREAS DE CONHECIMENTO NO ENSINO MÉDIO

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza

Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza

Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza

Conforme se pode ver pelo esquema, a organização descrita em três áreas é: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. As áreas reúnem conhecimentos que compartilham objetos de estudo.

Com a reforma no ensino médio, o currículo passou a contemplar a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, integrando homens e mulheres no mundo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

1 As principais mudanças do Novo Ensino Médio são o aumento da carga horária dos estudantes, a adoção de uma base comum curricular e a escolha dos itinerários formativos por parte do aluno.

Com isso, incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro premissas estruturais apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea (BRASIL, 2000, p. 15-16):

QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO (UNESCO)

Aprender a **conhecer**

Aprender a **fazer**

Aprender a **conviver**

Aprender a **ser**

- Aprender a **conhecer**: apropriando-se dos próprios instrumentos de conhecimento e colocando-os a serviço do bem comum.

Aprender a conhecer garante o aprender a aprender e constitui o passaporte para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida (BRASIL, 2000, p. 15).

- Aprender a **fazer**: atuando produtivamente para ingressar e permanecer no novo mundo do trabalho. Deve-se privilegiar a aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no social, o que faz com que surja uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea;
- Aprender a **conviver**: viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis por meio do diálogo;
- Aprender a **ser**: preparar o indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo frente às diferentes circunstâncias da vida.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A BNCC é um documento norteador de toda a Educação Básica que define os direitos e objetivos de aprendizagens para o desenvolvimento dos estudantes nas escolas de todo o Brasil. Sendo assim, esse documento busca promover a igualdade da educação e determina com clareza o que os alunos devem aprender na busca pela equidade educacional (BRASIL, 1998).

A Base deverá nortear o currículo do Novo Ensino Médio¹. O documento define os elementos obrigatórios e comuns a todas as escolas desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Desta forma, ao longo da Educação Básica, os estudantes devem desenvolver as seguintes **10 competências gerais** (BNCC, 2018, p. 9-10):

- **Conhecimentos**: utilizar os conhecimentos aprendidos ao longo do tempo sobre as mais diversas áreas para a construção da sociedade;

- **Pensamento científico, crítico e criativo:** utilizar os conhecimentos provenientes das ciências, além de suas metodologias, para a resolução de problemas e a criação de soluções;
- **Diversidade cultural:** valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, bem como participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
- **Comunicação:** utilizar diferentes linguagens (verbal, corporal, visual, sonora, digital, artística etc.), a fim de desenvolver a habilidade comunicativa para os mais diferentes âmbitos e experiências da vida;
- **Cultura digital:** compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, reflexiva e ética nas mais diversas práticas sociais, exercendo protagonismo na vida pessoal e coletiva;
- **Trabalho e projeto de vida:** valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais que lhe possibilitem fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade e autonomia;
- **Argumentação:** desenvolvimento da capacidade de argumentação dos estudantes, visando ao posicionamento ético diante de si mesmos, dos outros e do planeta;
- **Autoconhecimento:** desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com a saúde física e emocional;
- **Cooperação e empatia:** exercitar o senso de cooperação e a empatia;
- **Responsabilidade para consigo e com o outro:** desenvolver a responsabilidade no âmbito individual e coletivo.

De forma resumida, pontuou-se as dez competências que estão descritas na Base. Cada uma delas constitui a união de **conhecimentos** (caracterizados por conceitos e procedimentos), **habilidades** (caracterizadas por práticas tanto cognitivas quanto socioemocionais), **atitudes e valores**, com o objetivo de solucionar questões complexas da vida, da cidadania e do trabalho.

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

A Formação Geral Básica diz respeito ao currículo e é estruturada com base nas diretrizes da BNCC para o Ensino Médio. Além disso, está organizada em quatro áreas do conhecimento, conforme determina o art. 35-A, da LDB:

- Linguagens e suas Tecnologias;
- Matemática e suas Tecnologias;
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Essa parte busca estabelecer o que é comum a todos os alunos, ou seja, a quais componentes curriculares todos os jovens devem ser expostos para que sua formação básica esteja completa ao final de sua educação.

ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Os **itinerários formativos** correspondem às disciplinas eletivas que estipulam as competências que os alunos devem adquirir ao longo do curso. Podem ser organizados de forma integrada ou por área de conhecimento:

- Linguagens;
- Matemática;
- Ciências Naturais;

- Ciências Humanas.

Importante!

Apenas os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa serão obrigatórios nos três anos de ensino.

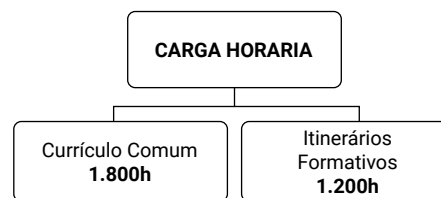
Também é possível que os itinerários sejam constituídos pela formação técnica e profissional, devendo ser adequados a um dos quatro eixos estruturantes estabelecidos:

- Mediação e Intervenção Sociocultural;
- Investigação Científica;
- Empreendedorismo;
- Processos criativos.

De acordo com o documento, essa flexibilização permite que o aluno escolha a área de conhecimento em que deseja se aprofundar, possibilitando que o Ensino Técnico seja cursado concomitantemente ao Ensino Médio.

CARGA HORÁRIA

A carga horária terá o total de **três mil horas: 1.800h destinadas ao currículo comum e 1.200h aos itinerários formativos.**



Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 469)

A carga horária letiva será de **mil horas**, sendo **60% dedicada ao currículo base** e os outros **40% às disciplinas eletivas dos itinerários formativos**. No entanto, as disciplinas também podem ser distribuídas de outras formas, aumentando a carga horária dos itinerários formativos no último ano do curso.

A jornada escolar é ampliada de **4 para 5 horas diárias**, chegando a **1.000 horas anuais ou 3.000 horas totais nos três anos de duração do Ensino Médio**. As escolas podem promover atividades de educação a distância, em um máximo de **20% do total** de horas letivas no período diurno e **30% no período noturno**.

CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA

CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES

O desenvolvimento curricular está vinculado ao planejamento da ação didática e o Projeto Pedagógico. Nessa direção, o desenvolvimento curricular está situado no campo teórico e prático do conhecimento educativo e integra três dimensões principais: técnica, prática e crítica.

Quando fazemos o planejamento do ensino ou da ação didática, prevemos as ações e os procedimentos a serem desenvolvidos junto aos alunos, visando atingir os objetivos estabelecidos.

Quando essas práticas são citadas, logo perguntamos: “Por que planejar?” De acordo com Piletti (1997), essa prática evita a improvisação, traz mais segurança, economiza tempo, energia e promove um trabalho mais eficiente para alcançar os objetivos definidos.

Concepções de **planejamento** apoiadas na teoria de três autores:

- Libâneo (2013, p.131) afirma que:

[...] é um processo de sistematização e organização das ações do professor. É um instrumento da racionalização do trabalho pedagógico que articula a atividade escolar com os conteúdos do contexto social.

- Vasconcellos (2000, p. 79):

Antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a ser realizadas e agir de acordo com o previsto. Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensa.

- Luckesi (2011, p.130): “É um processo que consiste em preparar um conjunto de decisões tendo em vista agir, posteriormente, para atingir determinados objetivos”.

Veja uma alista com elementos do planejamento:

- **Objetivos:** para quê e por quê?
- **Conteúdos:** o quê?
- **Procedimentos:** como?
- **Recursos:** de que preciso?
- **Tempo e Espaço da Educação:** quando e onde ensinar e aprender?
- **Avaliação:** deu certo? O que manter e o que modificar?

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola se configura como uma forma de planejamento, um instrumento de intervenção na prática educacional que se realiza na escola.

O PPP é um documento que todas as instituições educacionais têm compromisso de elaborar e conservar atualizado. Desse modo, deve possibilitar que os integrantes da escola tomem consciência de problemas e suas respectivas soluções possíveis, estabelecendo a responsabilidade de todos. O debate democrático presente nesse processo torna possível com que se produzam critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diversos agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola.

As três palavras que constituem o nome do documento dizem muito sobre ele. Vejamos os conceitos propostos por Veiga (1995, p. 13), que definem a nomenclatura de Projeto Político-Pedagógico (PPP):

PROJETO	POLÍTICO	PEDAGÓGICO
Proposta de ação a executar durante determinado período de tempo	Em compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade	Ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade

Ao integrar as três dimensões, o PPP fortalece sua função social. Assim, torna-se um marco de referência elaborado e definido pela e para a comunidade escolar, com o intuito de registrar, orientar, estabelecer ações, metas, estratégias e intenções da escola.

Na perspectiva de Vasconcellos (2006) o Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é:

[...] o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (p.169).

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) NA LDB 9.394, DE 1996

Fundamento nos princípios democráticos presentes na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** de 1996, encontramos o aporte legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica.

Art. 12 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]

Art. 13 Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; [...]

Importante!

Projeto Político-Pedagógico, Proposta Curricular e Proposta Pedagógica são documentos diferentes? Nos arts 12, e 13 da Lei de Diretrizes e Bases – 9394, de 1996, aparece Proposta Pedagógica e no art. 14, da mesma lei, como Proposta Curricular, não existindo diferença entre os termos.